



## HANNAH ARENDT – A SINGULARIDADE DOS NOVOS COMEÇOS: AÇÃO, DISCURSO E NARRATIVA

LUIZ PAULO MATIAS<sup>1</sup> E ELSIO JOSÉ CORÁ<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca explorar o papel da narrativa na obra/vida de Hannah Arendt, enfatizando a capacidade do exercício narrativo em conferir durabilidade às *estórias* singulares da pluralidade humana, dada a espontaneidade renovadora, porém efêmera, da ação e do discurso. Neste sentido, Arendt observa como os eventos totalitários anulam a brevidade libertadora da ação e do discurso, eliminando a possibilidade dos novos começos e da ação política. Diante da supressão da liberdade durante esses eventos, a narrativa emerge como vital, preservando a imortalidade das *estórias* singulares, tornando-se ela (a narrativa) resistência ao que, pelo terror, seria lançado ao esquecimento. Não obstante, busca-se compreender a narrativa como um exercício que transcende a mera descrição dos eventos, tornando-se um convite que tem por finalidade resgatar aquilo que não pode e não deve ser esquecido em um mundo público e compartilhado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Totalitarismo, Ação, Discurso, Mundo, Narrativa, Hannah Arendt.

**ABSTRACT:** This article seeks to explore the role of narrative in Hannah Arendt's work/life, emphasizing the capacity of narrative exercise to give durability to the singular stories of human plurality, given the renewing but ephemeral spontaneity of action and discourse. In this sense, Arendt observes how totalitarian events annul the liberating brevity of action and discourse, eliminating the possibility of new beginnings and political action. Faced with the suppression of freedom during these events, narrative emerges as vital, preserving the immortality of singular stories, becoming resistance to what, through terror, would be cast into oblivion. Nevertheless, we seek to understand narrative as an exercise that transcends the mere description of events, becoming an invitation aimed at rescuing what cannot and should not be forgotten in a public and shared world.

**KEYWORDS:** Totalitarianism, Action, Discourse, World, Narrative, Hannah Arendt.

Segundo a visão de Hannah Arendt, o regime totalitário solidificou algo preocupante, onde o fim dos começos compromete a própria essência da ação humana e, por consequência, em sua forma de organização, elimina a liberdade e a espontaneidade da ação e do discurso. Os

<sup>1</sup> Professor de Filosofia e Sociologia pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Filosofia pela Universidade da Fronteira Sul (UFFS) – Chapecó. E-mail: professorluizmatias@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Graduação em Filosofia e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), com estágio de doutorado na Università degli Studi di Napoli Federico II (Itália). E-mail: cora@uffs.edu.br.

pensamentos são cooptados por uma ideologia e, conforme Arendt discute em sua *Origens do totalitarismo*, o terror emerge de maneira inédita, como um movimento nunca presenciado na história. O totalitarismo trata tudo como uma manifestação natural, uma regra universal que deve ser aceita sem questionamentos. As fábricas de morte tornam-se símbolos arquitetônicos dessa transformação em *slogans*.

Dessa maneira, as obras são subjugadas pelo terror e a ação é reduzida à repetição mecânica de “slogans” que negligenciam a importância do outro e do bem comum. O espaço é fragmentado, a ação é empobrecida em repetição e textos, monumentos, documentos e propaganda são tornados manifestações ideológicas que sustentam a negação dos começos. O nascimento já não é um acontecimento significativo; em vez disso, é um estado na Terra sem identidade ou sentido de pertencimento. Como estrangeiros em um terreno não compartilhado, a ação e o discurso perdem seu impacto. Sem o reconhecimento do “quem” e de sua singularidade, toda a narrativa é corroída.

A obliteração humana, reduzida a uma lógica ideológica, extingue toda individualidade e universaliza os corpos em um grande *cinturão de ferro* “do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aquele Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza”. (ARENDR, 2012, p. 620). Não há homem, mulher, criança e, por consequência, sentimento de pertencimento. Não há nada que caracterize a pluralidade. O que há são “os cadáveres vivos” (ARENDR, 2012, p. 593) que compõem a empreitada ostensiva do terror. O mundo se torna um ambiente de interesses privados, onde a pluralidade é excluída, incapaz de compreender a singularidade. A apresentação do mundo aos que chegam é arrancada das vozes dos que aqui estão.

Dadas as características dos regimes totalitários e da espontaneidade libertadora, porém não duradoura, da ação e do discurso, a narrativa oferece permanência às histórias em suas singularidades, que usamos como meio, não como um fim em si mesmo. É a narrativa um exercício capaz de explorar caminhos que trazem a oportunidade, a cada novo começo, de lembrar àqueles que já estão no mundo a responsabilidade de contar e recontar as *estórias* singulares que, em sua diversidade, permanecem vivas na memória dos que chegam ao mundo. A narrativa é, pois, um convite que permite refletir sobre o passado, transitar entre as histórias singulares e apresentá-las em suas várias perspectivas.

Assim, a despeito da irreversibilidade dos eventos, o objetivo deste artigo reside em explorar como o exercício narrativo não apenas proporciona uma reflexão sobre ações pretéritas, mas também permite uma reavaliação ética do presente e do futuro em sua

imprevisibilidade. Assim, o foco não se concentra nos desfechos previsíveis, mas na promessa otimista de apresentar aos recém-chegados um mundo comum compartilhado para o bem-comum.

### **Por palavras e atos, um segundo nascimento**

Arendt explora a Terra como um planeta singular no universo, capaz de oferecer aos seres humanos um habitat no qual podem se mover e respirar sem esforço ou artifício (ARENDR, 2020, p. 02). Por outro lado, sua concepção de mundo difere substancialmente, pois ela o vê como uma construção humana que transcende o mero ambiente animal. Essa construção separa a existência humana desse ambiente, embora a própria vida permaneça além desse cenário artificial. É por meio dessa vida que o ser humano mantém sua ligação vital com todos os outros organismos vivos (ARENDR, 2020, p. 02).

Ao explorar essa distinção entre Terra e mundo, Arendt levanta uma reflexão profunda sobre a relação humana com o ambiente. A Terra, em sua visão, fornece um refúgio natural, uma morada onde a existência humana se desenrola harmoniosamente. Por outro lado, o mundo, construído pelas mãos humanas, se torna uma separação entre o homem e a natureza, apesar de a vida permanecer como uma força conectiva, unindo o homem a todos os outros seres vivos.

Ainda não sabemos se esta situação é definitiva; mas pode suceder que nós, que somos criaturas ligadas à terra e nos pusemos a agir como se fôssemos habitantes do universo, jamais sejamos capazes de compreender, isto é, de pensar e de falar sobre as coisas que, no entanto, somos capazes de fazer. (ARENDR, 2020, p. 04).

Desse modo, permanece em aberto a questão de sua definitividade; contudo, há a possibilidade latente de que nós, seres intrinsecamente ligados à Terra, ao nos comportarmos como habitantes do universo em sua totalidade, nos deparemos com a incapacidade de compreender plenamente – isto é, de conceber em pensamento e expressar verbalmente – as próprias ações que, ironicamente, somos capazes de realizar.

Assim, na incerteza das consequências do divórcio entre o pensamento e o conhecimento técnico, bem como da reificação dos seres humanos desprovidos de raciocínio, “a situação criada pelas ciências tem grande importância política” (ARENDR, 2020, p. 04), uma vez que as verdades enunciadas são compostas por uma linguagem inacessível de símbolos matemáticos “que, embora originariamente concebida apenas como abreviação de afirmações enunciadas, contém agora afirmações que de algum modo podem ser retraduzidas em discurso”

(ARENDRT, 2020, p. 04), tornando os seres humanos incomunicáveis entre si. Assim, sempre que a relevância da expressão se manifesta, todas as questões automaticamente adquirem um caráter político, pois é o discurso que transforma o homem em um ser político.

Aprendemos a ser humanos através da nossa capacidade de discutir o que nos afeta e pelo que somos afetados. Nesse sentido, refletimos sobre nossas ações na ambígua presença dos outros, mantendo a singularidade espontânea de iniciar algo novo. Assim, a ação e o discurso tornam-se indissociáveis, pois as coisas do mundo só ganham sentido quando encontram vozes humanas capazes de humanizar, ao falarem sobre tudo o que acontece em nós mesmos e no mundo em que vivemos. Segundo Arendt (2020, p. 220), “o novo sempre surge em oposição à esmagadora possibilidade das leis estatísticas e à sua probabilidade [...] assim, o novo sempre se manifesta como um milagre”.

É importante ressaltar que aniquilar o discurso é também anular a ação espontânea, dotada de liberdade. Por meio da violência, a palavra é retirada do mundo, despojando os seres humanos do poder de se expressar e congregá-los no espaço plural do mundo comum. Ao contrário do que ocorre no âmbito comum e político, na esfera da atividade do trabalho, apenas “sinais e sons seriam suficientes para a comunicação imediata de necessidades e carências idênticas.” (ARENDRT, 2020, p. 217-218).

Contudo, tais sinais e sons não são por si sós adequados para o entendimento do público, do comum, do compartilhado, ou seja, do político. Com base nisso, a ação, “em seu sentido mais amplo, significa tomar a iniciativa, iniciar [...], dar movimento a algo” (ARENDRT, 2020, p. 219). Distintamente das necessidades biológicas para a manutenção da vida alcançadas pelo trabalho, ou da utilidade dos bens produzidos realizados pela obra, a ação se configura pelas palavras e atos que propiciam um segundo nascimento. Esse nascimento nos insere no mundo humano e, por isso, “ela pode ser estimulada pela presença de outros a cuja companhia possamos desejar nos juntar, mas nunca é condicionada por eles” (ARENDRT, 2020, p. 222), visto que “seu impulso surge do começo que veio ao mundo quando nascemos e ao qual respondemos quando começamos algo novo por nossa própria iniciativa”. (ARENDRT, 2020, p. 222).

### **O movimento totalitário e a aniquilação do novo**

Hannah Arendt, em sua obra *A Condição Humana*, concebe a Modernidade como uma evolução abrupta dos fenômenos caóticos vividos por uma geração que surgiu entre duas guerras, encontrando-se desprovida de tratados de paz e destituída de raízes, como estrangeiros

em terras desconhecidas. Esse contexto se desenrola em uma falsa tranquilidade alimentada pela escassez de esperança, enquanto cresce a necessidade de forças políticas “capazes de a qualquer momento escapar das amarras do bom senso e do interesse próprio” (ARENDT, 2020, p. 11). Dentro desse cenário, torna-se crucial compreender o significado profundo e espontâneo da ação em Arendt. Assim,

[...] agir, “em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar (como o indica a palavra grega *archein*, “começar”, “conduzir” e, finalmente, “governar”), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir. (ARENDT, 2020, p. 219).

Agir, em sua essência mais ampla, transcende a mera reação e adentra o território da iniciativa. A palavra “agir” ecoa com a ideia de inaugurar, de tomar as rédeas, de dar os primeiros passos, exatamente como a raiz grega “*archein*” sugere: começar, liderar e, em última análise, guiar. Essa noção ressoa também com o significado original do termo latino “*agere*”, que evoca a ideia de conferir movimento a algo.

Essa capacidade de agir não é apenas um impulso casual, mas um fenômeno fundamental que tem suas raízes na própria condição humana. O nascer do homem marca um novo início, um “*initium*”, e, como recém-chegados a este mundo, somos imbuídos com a essência da iniciativa. O fato de termos vindo à existência nos coloca automaticamente na posição de iniciadores, dotados do poder intrínseco de criar mudanças e direcionar o curso dos eventos.

Ao tomarmos a iniciativa, moldamos nosso ambiente e influenciemos nosso próprio destino. A ação não é apenas um ato mecânico, mas um ato de criação e direção. Ela não somente responde às demandas externas, mas também dá origem a novas possibilidades. A capacidade de agir é uma expressão de nossa liberdade e autodeterminação, um reflexo da nossa capacidade inata de governar nossas próprias vidas.

Contudo, a pluralidade, renovada pelo nascimento de novos seres humanos, foi sufocada pela perda do mundo. Dadas as circunstâncias do totalitarismo e da novidade, os sujeitos foram isolados deste espaço comum, sendo invadidos pelas *devastadoras tempestades de areia*, “onde tudo parece ter perdido seu valor específico, escapando de nossa compreensão e tornando-se inútil para fins humanos” (ARENDT, 2012, p. 11). Esse valor específico, figurado no singular impulso do agir – próprio dos seres humanos –, é modificado por meio de uma lógica ideologizada, alterando as relações humanas, privadas de ação e discurso, “que ameaça devastar

o mundo que conhecemos – um mundo que, em toda parte, parece ter chegado ao fim – antes que um novo começo, surgindo desse fim, tenha tido tempo de firmar-se”. (ARENDR, 2012, p. 639).

Nessa perspectiva, o fim da ação torna os nascimentos abjetos, enquanto as propagandas ideologizadas retiram as palavras que aproximam os seres humanos. A possibilidade de um novo mundo perde sua contínua renovação e cada nascimento permanece em uma constante superficialidade, onde as *fábricas de morte* se tornam uma fiel realidade “se continuarmos a pensar em nosso mundo em termos utilitários”. (ARENDR, 2012, p. 609). Toda ação e todo discurso são destituídos dos seres humanos, e uma manobra ideológica se faz necessária para tornar o terror uma lei incontestável e em movimento, como uma força natural da história. O objetivo do terror “é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea”. (ARENDR, 2012, p. 618).

A essência do regime totalitário, traduzida no terror total, proporciona às leis da natureza ou da história a condição de manter e acelerar o seu movimento segundo as próprias leis, onde “no fim, sua força se mostrará sempre mais poderosa do que as mais poderosas forças engendradas pela ação e pela vontade do homem” (ARENDR, 2012, p. 620). Logo, o terror, como seguidor submisso do curso natural ou histórico, necessita anular a liberdade, bem como a própria origem da liberdade, que reside no nascimento humano e na habilidade de iniciar novamente.

De acordo com Arendt, o terror é utilizado como um serviçal obediente que serve aos interesses de movimentos naturais ou históricos. Isso sugere que ele é instrumentalizado por poderes estabelecidos, governos autoritários ou grupos que buscam controlar e moldar a sociedade de acordo com suas próprias agendas. Esse terror pode se manifestar de várias formas, como repressão política, violência física, restrições à liberdade de expressão e pensamento, entre outras.

Arendt argumenta que o terror tem a função de eliminar não apenas a liberdade em seus sentidos específicos, mas também a própria fonte de liberdade que é intrínseca ao ser humano. Ela aponta que a liberdade está enraizada na capacidade única do ser humano de iniciar algo novo, de agir e interagir com maneiras que transcendem a mera repetição do passado. Essa capacidade de começar de novo é o que permite que os indivíduos participem ativamente da construção do mundo político e social. No entanto, o uso do terror visa sufocar essa capacidade de iniciar algo novo, de desafiar o *status quo* e de questionar o poder estabelecido. Ao criar um

clima de medo e opressão, o terror coage as pessoas a se conformarem com o que é imposto, minando, assim, sua liberdade de ação e pensamento.

Na prática, isso significa que o terror executa sem mais delongas as sentenças de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são “indignos de viver”, ou que a História decretou contra as “classes agonizantes”, sem esperar pelos processos mais lerdos e menos eficazes da própria história ou natureza. (ARENDDT, 2012, p. 620 – 621, grifos da autora).

Tal abordagem expõe a realidade sombria de como sistemas e indivíduos extremistas podem empregar a violência como ferramenta para implementar agendas e eliminar grupos considerados indignos de viver. O terror, nesse contexto, denota táticas violentas e coercitivas formas de dominação empregadas por grupos ou sistemas para alcançar objetivos específicos. A sugestão de que o terror executa prontamente as sentenças de morte proferidas pela Natureza ou pela História ressalta a urgência e a determinação com que os atores do terror buscam impor suas visões, sem atrasos decorrentes dos processos mais graduais e ponderados.

### **A continuidade espontânea da ação**

Se, por um lado, a subversão dos regimes totalitários eliminou a espontaneidade da ação e do discurso, por outro, Hannah Arendt nos convida a compreender a terra como o espaço que compartilhamos com todos os seres que, ao contrário de outros planetas, permite que possamos respirar sem nenhum artifício e, dessa forma, oferece as condições para o surgimento e a manutenção da própria vida e do mundo comum que, além do tempo entre a vida e a morte, excede “a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro, preexistindo à nossa chegada e sobrevivendo à nossa breve permanência nele.” (ARENDDT, 2020, p. 68).

Cada novo nascimento promove a admiração, o *thaumazein* filosófico, que, por meio de perguntas, conduz cada recém-chegado a se familiarizar com o mundo comum, por intermédio dos que estão aqui. Assim, “nascemos nele como estranhos, como recém-chegados na perspectiva do mundo, nos sentimos surpreendidos pela admiração, e nossas perguntas conduzem a nos familiarizarmos com o mundo.” (ARENDDT, 2006, p. 757.)

Não está assim a fala na mera repetição das frases feitas, mas na familiarização dos recém-chegados, que ao mundo são apresentados e ao mundo são impulsionados pela ação singular, plural e comum. Nesta perspectiva, a ação e o discurso tornam-se indissociáveis, pois, por essas categorias, os seres humanos revelam-se uns aos outros e preservam a continuidade renovadora do mundo comum, dada a liberdade espontânea da ação.

Essa revelação de quem alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus feitos; contudo, a afinidade entre discurso e revelação é, obviamente, muito mais estreita que a afinidade entre ação e revelação, tal como a afinidade entre ação e início é mais estreita que a afinidade entre discurso e início, embora grande parte dos atos, senão a maioria, seja realizada na forma de discurso. (ARENDDT, 2020, p. 191).

Enquanto a ação revela os atores singulares que agem na pluralidade comum, a ausência da palavra torna a ação emudecida, “pois não haveria mais um ator; e o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras” (ARENDDT, 2020, p. 221).

As palavras proferidas e os feitos realizados adquirem sua verdadeira relevância quando são orientados não apenas para uma audiência específica, mas, sim, para a pluralidade política e a intrincada teia de relações humanas que permeiam e preexistem aos novos mundos que emergem a cada início. É na interseção dinâmica desses contextos complexos que tais expressões encontram seu significado mais profundo, transcendendo as fronteiras temporais para se conectarem de maneira intrínseca com a rica tapeçaria da experiência humana.

### **Narrar é tecer fragmentos: as estórias**

Arendt adverte para o problema antropológico da revelação do *quem* que fenomenologicamente se desvela, pois “no momento em que desejamos dizer quem alguém é, nosso próprio vocabulário nos induz ao equívoco de dizer o que esse alguém é” (ARENDDT, 2020, p. 224). Por meio dessa tentativa, tende-se a uma definição das qualidades que são apreendidas pelas pessoas, tais como se descrevem sobre um personagem e suas características, e que retiram destas sua singularidade específica.

Arendt aponta outro problema no que tange aos negócios humanos, pela ordem da ação e do discurso, que se situa na impossibilidade de se nominar *quem* alguém é. Como humanos que agem e falam, o discurso e a ação perderiam sua relevância reveladora se, no intercurso entre os homens, acabassem por acentuar *o que* alguém é e não *quem* é. Uma mera descrição produtiva dos seres humanos em detrimento de quem eles são.

Desse modo, mesmo diante da problemática da palavra como reveladora, a ação e o discurso que revelam o “*quem*” são conservados pela narrativa naquilo que interessa (ARENDDT, 2020, p. 226) aos indivíduos em sua pluralidade. Se os discursos revelam o agente da ação, as narrativas trazem imortalidade às histórias em teia que compõem o mundo e os mantêm interligados, por interessarem a todos. Contudo, sendo a narrativa a permanência que

se conserva entre os seres humanos, é também a narrativa, em sua imortalidade, um segundo espaço-entre que, diante de sua característica intangível, se caracteriza como uma teia de relações humanas.

Esse segundo-entre espaço subjetivo não é tangível, pois não há objetos tangíveis nos quais ele possa se materializar: o processo de agir e falar não pode deixar atrás de si tais resultados e produtos finais. Mas, apesar de toda a sua intangibilidade, o espaço-entre é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a essa realidade o nome de “teia” de relações humanas, indicando pela metáfora sua qualidade de certo modo intangível (ARENDR, 2020, p. 226-227).

Destaca-se, entretanto, que essa teia não separa o mundo dos objetos tangíveis do espaço intangível, uma vez que o mundo comum – a teia das relações humanas – compõe-se, em sua imortalidade narrativa, daquilo que está entre, ou seja, intersubjetivamente. Compreender a realidade pela teia de relações humanas é alcançar o mundo que pertence a todos e pelo qual, por compartilharmos sua pluralidade, nos ligamos uns aos outros. A teia das relações que se dá no espaço-entre aproxima os indivíduos na grande construção da realidade plural, na relação discurso e revelação, ação e início e permanência narrativa.

Dessa forma, aprendemos “a falar na medida em que experimentamos que tudo o que nos cerca pode se tornar objeto de discurso” (ARENDR, 2006, p. 757). Nesse processo, a revelação do *quem* se desdobra em um diálogo constante entre o mundo exterior e a nossa compreensão interior. Através da interação com o desconhecido, a curiosidade nos impulsiona a buscar o entendimento, a explorar as camadas mais profundas da existência e a encontrar as conexões que transcendem a mera descrição superficial.

Portanto, a revelação do *quem* transcende o simples ato de nomear ou descrever alguém. Ela envolve a exploração contínua, o questionamento e a busca por significado. É através desse processo que nos aproximamos não apenas de uma compreensão mais profunda de nós mesmos, mas também da construção de um mundo compartilhado, onde a diversidade de vozes contribui para a riqueza da experiência humana.

Contudo, qualquer que seja a “permanência, nenhuma perseverança da existência pode ser concebida sem homens decididos a testemunhar aquilo que é e que lhes aparece porque é.” (ARENDR, 2011, p. 285). Neste sentido, enquanto a ação e o discurso revelam o *quem* em sua momentaneidade criativa, espontânea, libertadora, mas efêmera e transitória, a narrativa traz a permanência que pode ser testemunhada no momento em que a ação chega ao fim e, deste modo, converter-se em *estórias* a serem contadas e preservadas. Com efeito, a experiência do

e no mundo se converte politicamente na pluralidade de vozes singulares que se reconhecem, reciprocamente, na posição do outro. “Em cada δόξα, se mostra algo do mundo. Não se trata simplesmente de opinião. E o mundo se mostra somente na forma de δόξα [*doxa*]”. (ARENDDT, 2006, p. 387).

Assim, ao ouvir os que representam o mundo plural e comum, os que chegam ao mundo como novidade criam um novo mundo. Não um outro mundo qualquer, mas o mesmo mundo singular que se revela na pluralidade. Ao ouvir, os recém-chegados se ocupam da linguagem, das obras de arte, das metáforas, das poesias ou das estórias, que lhes permitem, por sua δόξα, dizer como o mundo se revela. “A rigor, o domínio dos assuntos humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos”. (ARENDDT, 2020, p. 228).

Cada ser humano que nasce é, ao mesmo tempo, início e iniciador. Pela presença daqueles que estão no mundo, os recém-chegados envolvem o mundo como algo estranho e, enquanto estranhos, ouvem aqueles que já estão aqui e um dia deixarão este mundo, deixando a única coisa que permanece: o mundo da pluralidade. Dessa forma, é pelo mundo comum que os atores são revelados por meio de ações e palavras, e, ao deixarem o mundo, cada *estória* pode ser contada e recontada, não pelos cânones da historiografia, mas pela teia das relações humanas, onde as “palavras, ações e feitos particulares” (AGUIAR, 2001, p. 221) permitem “penetrar nas várias facetas de um acontecimento”, e, por esse motivo, não têm finitude.

### **Pelas teias das relações humanas: a narrativa**

No espaço em que as teias das relações humanas ocorrem, a natalidade, como o início e o princípio inerente ao começo, traz consigo a singularidade da ação. Atos e palavras desvelam as singularidades que só podem ser traduzidas no espaço compartilhado entre os seres humanos. A narrativa se torna, portanto, um exercício de continuidade plural das histórias humanas. Através da ação – o impulso dos novos começos – a narrativa se converte posteriormente em histórias imortais, dotadas de um *modus philosophandi*, no qual “contar e recontar histórias é a única maneira da ação permanecer na memória dos homens e dos feitos e palavras adquirirem dignidade pelo pensamento”. (AGUIAR, 2001, p. 218).

Essas estórias podem então ser registradas em documentos e monumentos; podem tornar-se visíveis em objetos de uso e obras de arte; podem ser contadas e recontadas e forjadas [*worked*] em todo tipo de material. Elas mesmas, em sua realidade viva, são de uma natureza inteiramente diferente de tais reificações. Falam-nos mais de seus sujeitos, do “herói” que há no centro

de toda estória, do que qualquer produto de mãos humanas fala do artífice que o produziu, sem, no entanto, serem produtos propriamente ditos. Embora todos comecem a própria vida inserindo-se no mundo humano por meio da ação e do discurso, ninguém é autor ou produtor de sua própria estória de vida. Em outras palavras, as estórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém as iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, seu ator e ser padecente, mas ninguém é seu autor. (ARENDDT, 2020, p. 228).

Hannah Arendt explora, desse modo, a natureza das *estórias*, destacando que elas podem ser registradas em diversas formas, como documentos, monumentos, objetos e obras de arte. No entanto, enfatiza a distinção entre a realidade viva das *estórias* e as reificações tangíveis que delas derivam. As histórias, enquanto manifestações dinâmicas da ação e do discurso, oferecem *insights* profundos sobre seus protagonistas, revelando o “herói” central de cada narrativa. Embora as *estórias* se originem da ação e do discurso humanos, nenhum indivíduo é verdadeiramente o autor ou produtor exclusivo de sua própria história de vida. As histórias, portanto, não são simples produtos, mas, sim, reflexos complexos de agentes que as iniciam e nelas se tornam sujeitos, desempenhando papéis ativos e passivos, mas sem assumir a posição de autores. Essa análise destaca a natureza única e intrincada das narrativas humanas.

Com efeito, a narrativa em Arendt se arquiteta através de fragmentos tornados permanentes, capturados pela “figura de um narrador preocupado em enxergar, nos tempos que correm, uma multiplicidade descontínua de eventos onde se sucedem as oportunidades perdidas, os projetos incompletos, as causas inacabadas”. (AGUIAR, 2001, p. 247).

No mundo plural da teia das relações humanas, o livro de estórias (*storybook*) da humanidade vai sendo composto pelo grande número de atores-narradores, sem autores tangíveis, resultantes da ação. A natalidade – o princípio de um princípio – torna os recém-chegados em atores de tramas que se configuram no espaço público da política, em uma teia de relações contingenciais que lançam luz sobre as ações, palavras e gestos que foram arrancados da memória pela solidão isolada e abandonada ao esquecimento. Cabe, pois, à recordação tornar presente o que não pode ser alcançado pela memória. A profundidade das experiências dimensiona a imortalidade da narrativa e as estórias podem ser contadas em sua dimensão profunda da existência humana.

Arendt “via essa ruptura como sinal de que os fios, os fragmentos do pensamento, deveriam ser reunidos, livremente e de forma a proteger a liberdade, e transformados em algo novo, dinâmico e iluminador”. (BRUEHL, 1977, pp. 183 - 90)

Dessa forma, a narrativa das estórias plurais e contingenciais de personagens que, diante das imensas possibilidades interpretativas, quando contadas e recontadas, permitem, mesmo

sob as condições irreversíveis e imprevisíveis da ação, a possibilidade de imaginar – ao sair em visita (ARENDT, 1993, p. 57) –, tornar o pensamento dos que chegam ao mundo um repensar, abrindo-se à espontânea liberdade do agir. A faculdade de saber *pensar sobre o que fazemos* é, de certo modo, resgatada e preservada pela narrativa, uma vez que “o mundo humano é sempre o produto do amor mundi do homem, um artifício humano cuja potencial imortalidade está sempre sujeita à mortalidade daqueles que o constroem e à natalidade daqueles que vêm viver nele.” (ARENDT, 2013, p. 269).

Embora essa identidade inalterável da pessoa se revele de modo intangível na ação e no discurso, só se torna tangível na estória de vida do ator e do orador; como estória, porém, só pode ser conhecida, isto é, percebida como entidade palpável, depois que chega a seu fim. Em outras palavras, a essência humana – não a natureza humana em geral (que não existe), nem a soma total de qualidades e imperfeições do indivíduo, mas a essência de quem ele é – só pode passar a existir depois que a vida se acaba, deixando atrás de si nada além de uma estória. (ARENDT, 2020, p. 239 - 240).

Dessa maneira, o “pensamento narracional não está preocupado com a história do ser, mas sim em encontrar significado nas contingentes ações humanas” (AGUIAR, 2001, p. 221). Suas especificidades, singularidades, ou seja, seus feitos. Narrar as mais variadas facetas humanas não define uma verdade previsível nem um passado irreversível.

O que há é uma tentativa de reconciliação com o pretérito por meio da imaginação, onde o narrador/ator, ao sair em visita, traz à memória aquilo que foi perdido, esquecido, rompido e cristalizado no tempo e no espaço. Por implicação, se a tradição obscurecida se revela incapaz de iluminar as ações na pluralidade de atores que emergem sob “as tempestades de areia”, narrar se torna a regressão com que Arendt se depara para contar as experiências plurais que foram cristalizadas.

Não se constitui, desta forma, em um elixir narracional da vida, uma vez que “a vida em si não é essência nem elixir e, se a trata como tal, ela só pregará peça” (AGUIAR, 2001, p. 221). Por atos e palavras, o começo de novos começos permite o surgimento das estórias singulares que, entre outras estórias, tecem as relações humanas e podem, deste modo, gerar estórias que podem ser contadas e recontadas e, ao serem tornadas palavras vivas pela imortalidade de suas representações, preservam-se como recurso de acesso e de significado à liberdade, influxo da própria existência.

### Considerações finais

A superfluidade da Modernidade e a crença exagerada em um cientificismo exacerbado mais conduziram a uma crise da ciência do que propriamente às “soluções” que os avanços científicos e tecnológicos se propunham em sua gênese moderna. O período entre duas grandes guerras mundiais, assim como “a Revolução Russa”, “a guerra civil espanhola”, “a guerra do Vietnã”, “o Tratado de Versalhes”, “a ascensão da Alemanha nazista” e dos regimes totalitários, entre tantos outros eventos que abalaram as estruturas econômicas, sociais, culturais e filosóficas, marcadamente exponenciais do século XX, tornam-se objeto de profundo estudo por Hannah Arendt.

Desse modo, diferentemente da aniquilação da ação nos regimes totalitários, onde a espontaneidade da ação e do discurso é anulada como ameaça ao regime de terror, a narrativa aqui proposta é a permanência daqueles que se renovam, ao trazerem as histórias na teia das relações humanas, garantindo a espontaneidade libertadora dos começos e, conseqüentemente, da ação. Assim, partimos de uma apreensão negativa, ou seja, da aniquilação da ação, para alcançar o que Arendt compreende como ação em seu sentido criativo, espontâneo, plural e libertador.

Logo, a obra de Hannah Arendt oferece uma perspectiva penetrante sobre a intrincada interação entre narrativa, discurso e ação, particularmente, em contextos permeados pelo totalitarismo. A habilidade única da narrativa em conferir durabilidade a eventos efêmeros destaca-se como uma forma essencial de resistência em face da supressão da liberdade manifesta tanto na ação quanto no discurso, especialmente, durante períodos caracterizados pela opressão totalitária.

Hannah Arendt, ao testemunhar e analisar eventos totalitários, destaca a importância crucial de preservar a imortalidade das histórias singulares, transformando-as em narrativas que resistem à aniquilação da espontaneidade. Nesse panorama, as relações humanas emergem como uma ferramenta fundamental para conferir durabilidade à liberdade, mesmo quando confrontadas com as amarras da opressão.

Imergir na dimensão ética revela-se como uma peça-chave para a compreensão da abordagem de Arendt, sublinhando que aqueles que compartilham o mundo têm a responsabilidade intrínseca de apresentar, por meio de narrativas envolventes, as singularidades de memórias que não devem e não podem ser esquecidas. A narrativa, assim, transcende sua função meramente descritiva; ela se transforma em um convite ético, um modo de preservar a

autenticidade das experiências humanas em meio às tentativas implacáveis de anulação por parte de regimes totalitários.

Ao adotar a narrativa como um meio de resistência, este estudo destaca a importância vital de dar voz às experiências individuais e coletivas, contribuindo para a preservação da memória histórica e fomentando uma conscientização ética mais ampla. A narrativa, nesse contexto, não é apenas um registro cronológico de eventos; ela se torna uma ferramenta poderosa para resgatar a humanidade e a liberdade em meio à adversidade. Portanto, ao refletir sobre as profundas contribuições de Arendt, somos lembrados da vitalidade intrínseca da narrativa como um instrumento de empoderamento, capaz de resistir tenazmente às forças que buscam anular a essência da experiência humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Odílio Alves. Pensamento e narração em hannah Arendt. In\_\_\_. *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias* / Eduardo Jardim de Moraes, Newton Bignotto, organizadores – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 215-226.

ARENDDT, Hannah. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. *A vida do espírito: o Pensar, o Querer, o Julgar*. 3. ed. Trad. Antonio Abranches; César Augusto R. de Almeida; Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Diário filosófico: 1950-1973*. Trad. Raúl Gabás. Barcelona: Herder, 2006.

\_\_\_\_\_. *Homens em Tempos Sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Compreender*. Ensaios; Franz Kafka, uma Reavaliação. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *A promessa da política*. Organização e introdução de Jerome Kohn; Trad. Pedro Jorgensen Jr. 5 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

\_\_\_\_\_. *A condição Humana*. Tradução Roberto Taposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. – 13. Ed. Ver. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2020.

BRUEHL, Elisabeth, Y.-. "Hannah Arendt's Storytelling." *Social Research*, vol. 44, no. 1, 1977, pp. 183–90. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/40970279>. Acesso em 20 fev. 2023.

LAFER, Celso. Posfácio Hannah Arendt: vida e obra. In. *Homens em Tempos Sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MATOS, Olgária Chain Féres. *O storyteller e o flâneur* – Hannah Arendt e Walter Benjamin. In\_. *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias* / Eduardo Jardim de Moraes, Newton Bignotto, organizadores – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 90-96.

PORCEL, Beatriz y MARTÍN, Lucas. *Vocabulario Arendt* / Valerie Gerard ... [et al.]; compilado por Beatriz Porcel; Lucas Martin. \_ 1ª ed. - Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2016.